

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Anac - Divulgação



Querosene representa de 30% a 45% dos custos das aéreas

Isenção fiscal para querosene de aviação é prorrogada

O governo federal prorrogou até 31 de julho os benefícios fiscais concedidos ao biodiesel e ao querosene de aviação. Publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira (29), o Decreto nº 12.991 mantém a redução das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre os dois combustíveis. Para o querosene de aviação, o desconto equivale a 99,99% dos tributos, enquanto o biodiesel segue com tributação zerada. A medida integra ações adotadas para conter a alta dos combustíveis e reduzir os impactos sobre os custos do transporte aéreo. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), o querosene já representa 45% dos custos operacionais do setor, que vem reduzindo a oferta de voos diante do aumento do preço do combustível.

Top 10 - Maiores economias do mundo

O Brasil deve voltar a ocupar a posição de 10ª maior economia do mundo em 2026, segundo projeções do FMI compiladas pela Austin Ratings. A expectativa ganhou força após o PIB crescer 1,1% no primeiro trimestre deste ano. Com o resultado, o país deve ultrapassar o Canadá no ranking global, alcançando um PIB estimado em US\$ 2,637 trilhões. A melhor colocação brasileira foi o 7º lugar, posição ocupada entre 2010 e 2014.

Divulgação BNDES/Getty Images



Linha de crédito vai financiar caminhões e ônibus

Move Brasil começa a funcionar

O BNDES abriu na sexta-feira (29) o protocolo para pedidos de financiamento do programa Move Brasil – Caminhões e Ônibus, com orçamento de R\$ 21,2 bilhões para renovação da frota nacional. A linha de crédito vai financiar caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus e implementos rodoviários fabricados no Brasil. Do total, R\$ 14,5 bilhões virão do Tesouro Nacional e até R\$ 6,7 bilhões do BNDES. O programa também reserva R\$ 2 bilhões para ônibus e micro-ônibus e outros R\$ 2 bilhões para transportadores autônomos e cooperados.

Avança acordo Mercosul e Canadá

Mercosul e Canadá concluíram mais uma rodada de negociações para um acordo de livre comércio. O encontro ocorreu entre 25 e 29 de maio, em Toronto, e registrou avanços na etapa final de cinco capítulos do tratado. Segundo o governo brasileiro, novas reuniões devem ocorrer nas próximas semanas para buscar a conclusão das negociações. Em 2025, o comércio entre Brasil e Canadá alcançou US\$ 10,4 bi

Imposto de Renda I

A Receita Federal recebeu 44.498.717 declarações do Imposto de Renda 2026 até o fim do prazo de entrega, encerrado na sexta-feira (29). O número foi divulgado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que afirmou que o resultado demonstra o compromisso dos contribuintes com as obrigações fiscais.

Imposto Renda II

Do total de declarações enviadas, 56,1% terão restituição, 23% precisarão pagar imposto e 21% não têm valores a receber nem a recolher. Quem perdeu o prazo está sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. A Receita ainda não informou quantos contribuintes deixaram de declarar.

Receitas x Despesas

O Governo registrou superávit primário de R\$ 25,2 bilhões em abril de 2026, resultado superior ao observado no mesmo mês do ano passado e acima das projeções do mercado. Segundo o Tesouro Nacional, o desempenho se deve ao aumento das receitas. No acumulado do ano, o saldo positivo chega a R\$ 8,7 bilhões.

Criptomoedas

O Banco Central passou a exigir relatório de auditoria independente para autorizar o funcionamento de empresas de ativos virtuais no Brasil. A medida vale para corretoras e prestadoras de serviços com criptomoedas e busca reforçar a supervisão, a transparência e a segurança do setor. A nova exigência integra a regulamentação do mercado de ativos digitais.

De novo o chocolate

Os preços do cacau dispararam nas bolsas internacionais diante do temor de que o fenômeno El Niño volte a afetar importantes regiões produtoras. Investidores passaram a projetar riscos para a oferta global da commodity. O movimento pode interferir na produção e elevar os custos para a indústria de chocolates.

De novo a energia

A conta de luz continuará mais cara em junho. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira tarifária amarela, o que acrescenta R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A decisão foi tomada por causa da redução das chuvas e da menor geração de energia hidrelétrica, exigindo maior uso de termelétricas.



Ministério da Defesa teve o maior bloqueio: R\$ 4,3 bilhões

Governo faz bloqueio de R\$ 23,7 bi no Orçamento

Medida foi adotada para manter gastos dentro do arcabouço fiscal

Da Redação

O governo federal detalhou o bloqueio de R\$ 23,6 bilhões no Orçamento de 2026. A medida foi anunciada para manter os gastos dentro dos limites previstos pelo arcabouço fiscal e garantir o cumprimento das metas das contas públicas. O detalhamento dos cortes foi divulgado na sexta-feira (29) pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Entre os órgãos mais afetados estão os ministérios da Defesa, das Cidades e da Educação. A Defesa teve o maior bloqueio, de R\$ 4,3 bilhões. Em seguida aparecem o Ministério das Cidades, com R\$ 3,3 bilhões, e o Ministério da Educação, com R\$ 1,6 bilhão.

Outras pastas também sofreram reduções importantes. O Ministério dos Transportes teve bloqueio de R\$ 1,5 bilhão. Na Fazenda, o valor chegou a R\$ 1,3 bilhão. Já a Saúde perdeu R\$ 1 bilhão em recursos.

O bloqueio foi ampliado após a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Inicialmente, a contenção prevista era de R\$ 1,5 bilhão. Após a atualização das projeções de gastos obrigatórios, o valor subiu para R\$ 23,6 bilhões. Segundo o governo, a principal razão para a medida foi o aumento das despesas obrigatórias. As novas estimativas indicaram crescimento de R\$ 14,1 bilhões nos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de R\$ 11,5 bilhões nas despesas com benefícios

previdenciários.

Por outro lado, houve redução de R\$ 3,8 bilhões na previsão de gastos com pessoal e encargos sociais. Mesmo assim, o aumento das demais despesas obrigatórias exigiu a adoção do bloqueio para manter o Orçamento dentro do limite permitido.

Do total bloqueado, R\$ 18,7 bilhões recaem diretamente sobre despesas do Poder Executivo. Dentro desse valor, R\$ 9,9 bilhões atingem despesas discricionárias, que são aquelas usadas para custeio da máquina pública, investimentos, compra de equipamentos, manutenção de serviços e execução de programas do governo. Outros R\$ 8,7 bilhões foram bloqueados em recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, R\$ 4,9 bilhões recaem sobre emendas parlamentares.

Além do bloqueio, o governo mantém o chamado faseamento de empenho. Esse mecanismo limita temporariamente a autorização de novas despesas e alcança R\$ 27,1 bilhões até novembro. A medida busca controlar o ritmo dos gastos ao longo do ano. Somando o bloqueio e outras restrições orçamentárias em vigor, o volume de recursos com execução limitada pode ultrapassar R\$ 50 bilhões nos próximos meses.

Três ministérios ficaram fora da lista de bloqueios neste bimestre: Justiça e Segurança Pública, Previdência Social e Trabalho e Emprego. Todas as outras tiveram algum corte nos recursos.